

Sumário

Capítulo 1 Introdução ao Estudo de Direito Eleitoral

1. Conceito de Direito Eleitoral
2. Origens da Justiça Eleitoral
3. Objetivo do Direito Eleitoral
4. O valor da legislação eleitoral
5. Constituição de 1988 e o Direito Eleitoral
6. A fonte do poder
7. A soberania popular
 - 7.1. Plebiscito
 - 7.2. Referendo
 - 7.2.1. A diferença
 - 7.2.2. A competência
 - 7.2.3. Matérias vinculadas ao plebiscito
 - 7.3. A iniciativa popular
8. As resoluções do TSE
9. O final da competência eleitoral
10. A forma de Governo, a forma de Estado, o sistema de Governo e o regime de Governo
11. A antinomia da Lei Eleitoral
12. Princípio da anualidade
 - 12.1. Princípio da anualidade em relação à alteração da jurisprudência dominante do TSE
 - 12.2. O princípio da anualidade e a ultra-atividade da lei eleitoral
 - 12.3. A ultra-atividade da lei eleitoral e o princípio da irretroatividade da lei penal eleitoral
 - 12.4. O caráter primário e o caráter secundário do princípio da anualidade
 - 12.5. A Lei da Ficha Limpa *versus* o princípio da anualidade
 - 12.5.1. A Lei da Ficha Limpa *versus* o princípio da anualidade e a posição do STF
 - 12.6. A composição do princípio da anualidade
13. O princípio da anterioridade das resoluções
14. Observações didáticas constitucionais
15. Questões objetivas nos concursos
16. Gabarito das questões objetivas
17. Simulação

Capítulo 2 A Justiça Eleitoral

1. Noções preliminares
 - 1.1. Características institucionais
 - 1.2. Características peculiares
2. Órgãos e composição
3. O princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais
4. O Tribunal Superior Eleitoral
 - 4.1. Composição
 - 4.2. Resumo didático
 - 4.3. O princípio da diversidade na composição de seus órgãos colegiados

5. A competência do TSE
 - 5.1. Competência originária do TSE
 - 5.2. Competência privativa do TSE
 - 5.3. A jurisdição do TSE
 - 5.4. O TSE e o sistema recursal
 - 5.5. O *quorum* de deliberação do TSE
6. Os Tribunais Regionais Eleitorais
 - 6.1. Composição
 - 6.2. Resumo didático
 - 6.3. A indicação do advogado para o TRE
 - 6.4. A eleição do Presidente e do Vice do TRE
 - 6.5. A eleição do Corregedor do TRE
7. A competência do TRE
 - 7.1. Competência originária
 - 7.2. Competência privada
 - 7.3. A jurisdição do TRE
 - 7.4. O TRE e o sistema recursal
8. O tempo e a possibilidade de recondução dos juízes dos Tribunais Eleitorais
 - 8.1. O *quorum* de deliberação do TRE
9. Os juízes eleitorais
 - 9.1. A designação dos juízes
 - 9.2. Garantias dos juízes eleitorais
 - 9.3. O afastamento do juiz eleitoral
 - 9.4. Atividades dos juízes eleitorais
 - 9.5. A jurisdição dos juízes de Direito
 - 9.5.1. Zonas eleitorais
 - 9.6. A competência dos juízes eleitorais
 - 9.7. A suspeição do juiz eleitoral
 - 9.8. Vedações aos juízes eleitorais
10. Das juntas eleitorais
 - 10.1. A origem histórica
 - 10.2. Composição
 - 10.3. Competência da junta eleitoral
 - 10.4. Os impedimentos dos membros das juntas
 - 10.5. O impedimento entre os integrantes da mesma junta
 - 10.6. Privilégios dos cidadãos que servem à junta eleitoral
 - 10.7. Garantias dos membros das juntas eleitorais
 - 10.8. Características do juiz componente da junta
 - 10.9. O tempo de duração de uma junta eleitoral
11. Casos práticos eleitorais superinteressantes
12. Questões interessantes sobre o tema
13. Testes objetivos
14. Questões objetivas de concursos jurídicos
15. Gabarito dos testes objetivos
16. Gabarito das questões objetivas
17. Simulação

Capítulo 3 Ministério Público Eleitoral

1. Noções didáticas
2. O Ministério Público Eleitoral

- 2.1. Fundamentação legal
 - 2.2. Quem não pode ser designado para exercer função de Promotor de Justiça Eleitoral
 - 2.2.1. Quem deve ser designado para exercer função de Promotor de Justiça Eleitoral
 - 2.3. O prazo inicial da investidura na função eleitoral
 - 2.4. O período de vedação do gozo de férias ou licença voluntária do Promotor Eleitoral
 - 2.5. O Procurador-Geral Eleitoral
 - 2.5.1. A destituição do Procurador-Geral Eleitoral
 - 2.5.2. A nomeação dos Subprocuradores-Gerais e do Vice-Procurador-Geral Eleitoral
 - 2.5.3. Competências na jurisdição eleitoral
3. O Procurador Regional Eleitoral
 - 3.1. Do mandato e da recondução
 - 3.2. Da destituição
 - 3.3. As funções do Procurador Regional Eleitoral
4. O Promotor de Justiça Eleitoral
 - 4.1. Como é realizada a designação do Promotor de Justiça Eleitoral
 - 4.2. O tempo da designação
 - 4.3. Quem não pode ser designado para exercer função eleitoral
 - 4.4. A destituição do Promotor de Justiça Eleitoral
 - 4.5. O lapso temporal mínimo da investidura na função eleitoral
 - 4.6. A vedação do gozo de férias
 - 4.7. O valor da gratificação eleitoral
5. O Ministério Público eleitoral e o acesso às informações constantes no cadastro de eleitores
6. Principais atividades do Promotor de Justiça Eleitoral
 - 6.1. Participação nas reuniões judiciárias
 - 6.2. O exercício da ação pública
7. O início da ação penal eleitoral
 - 7.1. O princípio da oficialidade
8. O Ministério Público na fase de execução
9. O Ministério Público na fase recursal
10. Outras funções desempenhadas pelo Promotor de Justiça Eleitoral
 - 10.1. Defensor da jurisdição eleitoral
 - 10.2. Requisitar diligências, certidões e esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições
 - 10.3. Formular reclamações sobre a constituição de mesas receptoras
 - 10.4. Assistir às perícias sobre a arguição de violação de urna
 - 10.5. Impugnar registro de candidatos
 - 10.5.1. A obrigatoriedade da impugnação
 - 10.6. Oficiar nos registros dos estatutos de partidos
 - 10.7. Promover o cancelamento do registro de partido político
11. Da suspeição, do impedimento, da incompatibilidade do Promotor Eleitoral
12. Princípios do Ministério Público Eleitoral
 - 12.1. Princípio da federalização
 - 12.2. Princípio da delegação
 - 12.3. Fundamento do princípio da delegação
 - 12.4. Princípio da excepcionalidade
13. O Ministério Público e o exercício de atividade político-partidária
14. Questões interessantes sobre o tema
15. Casos práticos eleitorais superinteressantes

16. Questões objetivas de concursos
17. Gabarito das questões objetivas
18. Simulação

Capítulo 4 Do Alistamento Eleitoral, do Domicílio Eleitoral, da Retificação do Título, da Segunda Via, da Transferência, da Perda e Extravio do Título

1. Noções didáticas
 - 1.1. Da qualificação
 - 1.2. Da inscrição
2. O alistamento eleitoral
 - 2.1. Os inalistáveis
 - 2.2. O naturalizado brasileiro e o alistamento
 - 2.3. Exceções quanto à "obrigatoriedade" do alistamento
 - 2.3.1. Isentos do alistamento
 - 2.4. Do requerimento de alistamento
 - 2.5. Do encerramento do alistamento
3. Do domicílio eleitoral
4. Da vinculação do eleitor
5. Da retificação do título
6. Da segunda via
 - 6.1. O procedimento
 - 6.2. A segunda via do eleitor que estiver fora do seu domicílio eleitoral
 - 6.3. O tempo para retirar a segunda via quando o eleitor estiver fora de seu domicílio eleitoral
 - 6.4. O valor da segunda via
 - 6.5. Condição à expedição da segunda via
 - 6.6. A competência em caso de mudança de domicílio
7. Da transferência
 - 7.1. As condições da transferência
 - 7.2. O tempo do requerimento
8. O procedimento no caso de perda ou extravio do título anterior
9. O recurso contra a denegação do pedido de transferência
 - 9.1. O procedimento
10. O arquivamento do processo de transferência
 - 10.1. O procedimento do juiz
 - 10.2. Impedimento ao pedido de transferência
11. Entendimento sumulado pelo TSE
12. Pequena revisão didática
13. Questões interessantes sobre o tema
14. Questões objetivas de concursos
15. Casos práticos eleitorais superinteressantes
16. Gabarito das questões objetivas
17. Simulação

Capítulo 5 Cancelamento e Exclusão

1. Noções preliminares
2. As causas do cancelamento e da exclusão
 - 2.1. A legitimidade para propor o cancelamento e a exclusão
 - 2.2. A exclusão por óbito
 - 2.3. A exclusão pela pluralidade de inscrição

3. O processamento da exclusão e do cancelamento
 - 3.1. As providências do cartório
 - 3.2. O recurso da exclusão e do cancelamento
 - 3.3. A fiscalização partidária
 - 3.4. Previsão legal da fiscalização partidária
4. Resumo didático
5. Questões subjetivas interessantes
6. Questões objetivas de concursos
7. Gabarito das questões objetivas
8. Simulação

Capítulo 6 Capacidade Política

1. Noções preliminares
 - 1.1. Aquisição da capacidade política
 - 1.2. Requisitos à capacidade política
2. Os direitos políticos
 - 2.1. A essência do direito político
3. Prerrogativa para quem está no gozo de direitos políticos
4. Restrição para quem não está no gozo dos direitos políticos
 - 4.1. A capacidade eleitoral ativa e os direitos políticos negativos
5. A cassação dos direitos políticos
 - 5.1. Dissenso doutrinário
 - 5.2. A disposição autoaplicável
6. Perda dos direitos políticos
 - 6.1. A competência
7. Suspensão dos direitos políticos
 - 7.1. Comentários didáticos
 - 7.1.1. Recusa de cumprimento de obrigação
 - 7.1.2. Perda da capacidade civil
 - 7.1.3. Condenação criminal
 - 7.1.4. Improbidade administrativa
 - 7.1.5. A regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos
 - 7.1.5.1. Documentos comprobatórios de re aquisição ou restabelecimento de direitos políticos
8. Entendimentos sumulados pelo TSE
9. Questões subjetivas interessantes
10. Questões objetivas
11. Caso prático eleitoral superinteressante
12. Gabarito das questões objetivas
13. Simulação

Capítulo 7 O Sufrágio, o Voto e os Sistemas Eleitorais

1. Noções didáticas
 - 1.1. Quadro exemplificativo
2. A importância do voto
 - 2.1. A diferença entre sufrágio e voto
 - 2.2. Características do voto
 - 2.3. Parâmetros constitucionais do voto
 - 2.4. Classificação do voto
 - 2.5. Modalidades de votos

- 2.6. A forma do voto
- 2.7. O sigilo do voto
- 2.8. Sanções ao inadimplemento
- 2.9. Isenção do voto
- 2.10. A justificação
- 3. O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular
- 4. Das espécies de votos
 - 4.1. Sistemas eleitorais
 - 4.1.1. Conceito
 - 4.1.2. As espécies de sistemas
 - 4.1.2.1. O sistema majoritário
 - 4.1.2.1.1. As espécies de sistema majoritário
 - 4.1.2.2. O sistema proporcional (*ou representação proporcional*).
 - 4.1.2.2.1. Vantagens do sistema (representação) proporcional
 - 4.1.2.2.2. Desvantagens do sistema (representação) proporcional
 - 4.1.2.3. Os processos técnicos da representação proporcional
 - 4.1.3. Distribuição das sobras
 - 4.1.4. Simulação
 - 4.1.5. O sistema distrital
 - 4.1.5.1. Vantagem do sistema distrital
 - 4.1.6. Espécies de sistema distrital
 - 4.1.7. O processo da escolha dos eleitos no sistema distrital
 - 4.1.8. Candidatura de vice independente
- 5. Questões subjetivas importantes
- 6. Questões objetivas de provas de concursos
- 7. Casos práticos eleitorais superinteressantes
- 8. Gabarito das questões objetivas
- 9. Simulação

Capítulo 8 A Elegibilidade e a Inelegibilidade

- 1. Noções preliminares
 - 1.1. A importância da teoria das inelegibilidades
 - 1.2. Condições de elegibilidade próprias e impróprias
- 2. Inelegibilidade
- 3. Elegibilidade e inelegibilidade
- 4. Inelegibilidades absolutas e relativas
- 5. Os princípios básicos referentes à inelegibilidade
 - 5.1. Os casos de inelegibilidade
- 6. Das ações eleitorais
 - 6.1. AIRC — Ação de Impugnação de Registro de Candidatura
 - 6.1.1. O objetivo da AIRC
 - 6.1.2. As causas de pedir que ensejam a AIRC
 - 6.1.2.1. O momento oportuno para verificação das condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade.
 - 6.1.3. Previsão legal da AIRC
 - 6.1.4. Legitimidade ativa da AIRC
 - 6.1.4.1. A notícia de inelegibilidade
 - 6.1.4.2. A inaplicabilidade da Súmula nº 11 do TSE ao Ministério Público Eleitoral
 - 6.1.4.3. Possibilidade da arguição de uma inelegibilidade *ex officio*
 - 6.1.4.4. Análise da capacidade postulatória

- 6.1.4.5. Vedação para o partido ou a coligação apresentarem impugnação aos seus próprios filiados
 - 6.1.4.6. Vedação para o partido político integrante de coligação impugnar isoladamente registro de candidatura
 - 6.1.4.7. Quando é permitido ao partido ou coligação, que não impugnou o registro, recorrer da decisão que o defere
 - 6.1.4.8. Quando o Ministério Público Eleitoral não pode impugnar
 - 6.1.4.9. Quando será possível um partido coligado atuar de forma isolada
 - 6.1.5. Legitimidade passiva da AIRC
 - 6.1.6. Prazo para interposição da AIRC
 - 6.1.7. Competência para julgar AIRC
 - 6.1.8. Efeito da procedência da AIRC
 - 6.1.8.1. A teoria da conta e do risco
 - 6.1.8.2. A teoria da conta e do risco *versus* a antecipação da tutela
 - 6.1.9. Do litisconsórcio ativo e passivo
 - 6.1.9.1. Litisconsórcio ativo
 - 6.1.9.2. Litisconsórcio passivo
 - 6.1.10. Teoria das inelegibilidades extemporâneas
- 6.2. AIJE (Ação de Investigação Judicial Eleitoral)
 - 6.2.1. A importância da AIJE
 - 6.2.2. Para que serve a AIJE
 - 6.2.3. Previsão legal da AIJE
 - 6.2.4. Natureza jurídica da AIJE
 - 6.2.5. Capacidade postulatória
 - 6.2.6. Legitimidade ativa da AIJE
 - 6.2.6.1. Análise do eleitor como agente ativo da AIJE
 - 6.2.6.2. Análise da possibilidade da formação de litisconsórcio ativo
 - 6.2.7. Litisconsórcio ativo e prazo em dobro
 - 6.2.8. Análise da possibilidade de o partido coligado ajuizar investigação judicial eleitoral
 - 6.2.9. Análise da possibilidade de um candidato à eleição proporcional impugnar candidato da eleição majoritária.
 - 6.2.10. Análise da possibilidade de um candidato a vice-prefeito ou vice-governador impugnar candidatura sozinho.
 - 6.2.11. Análise da possibilidade de um partido político que não esteja participando de um pleito eleitoral propor a AIJE
 - 6.2.12. Análise da possibilidade de uma coligação formada para eleição majoritária impugnar candidatos da eleição proporcional
 - 6.2.13. Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição
 - 6.2.14. Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE após a diplomação
 - 6.2.15. Análise da possibilidade de um partido político prosseguir com a ação proposta por uma coligação que foi extinta
 - 6.2.16. Requisitos para que o candidato possa propor a AIJE
 - 6.2.17. Legitimidade passiva da AIJE
 - 6.2.18. Legitimidade passiva e a possibilidade de formação do litisconsórcio passivo necessário
 - 6.2.19. Prazo para interposição da AIJE
 - 6.2.19.1. Prazo inicial
 - 6.2.19.2. O prazo final
 - 6.2.20. Competência para julgar a AIJE
 - 6.2.20.1. Competência e foro por prerrogativa de função

- 6.2.21. Dos efeitos da AIJE julgada procedente
 - 6.2.21.1. Efeitos principais
 - 6.2.21.2. Efeito secundário
 - 6.2.21.3. A impossibilidade de o efeito da procedência da AIJE ser somente a inelegibilidade
- 6.2.22. Dos efeitos dos recursos interpostos da sentença que julga a AIJE
 - 6.2.22.1. Efeito do recurso que julga a AIJE quando esta é usada para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político
- 6.2.23. Questões importantes sobre o procedimento da AIJE
- 6.2.24. A AIJE e a potencialidade lesiva
- 6.2.25. A AIJE e o não cabimento do julgamento antecipado da lide
- 6.2.26. A prova pré-constituída na AIJE
- 6.2.27. Crime eleitoral na arguição de inelegibilidade de má-fé
- 6.2.28. A AIJE e os recursos
- 6.3. AIME (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo)
 - 6.3.1. Para que serve a AIME
 - 6.3.2. Previsão legal da AIME
- 6.4. RCD (Recurso Contra a Diplomação).
- 7. Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais
 - 7.1. O conceito de agente público
 - 7.2. As consequências do descumprimento das vedações
 - 7.3. Conduta vedada com abuso de autoridade
 - 7.4. O período em que é vedada a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos
 - 7.5. Vedação à participação em inaugurações de obras públicas
- 8. Entendimentos sumulados pelo TSE
- 9. Questões interessantíssimas sobre elegibilidade
- 10. Testes objetivos
- 11. Questões objetivas de concursos
- 12. Casos práticos eleitorais superinteressantes
- 13. Gabarito dos testes objetivos
- 14. Gabarito das questões objetivas
- 15. Simulação

Capítulo 9 Partidos Políticos

- 1. Noções preliminares
- 2. Principais características
 - 2.1. Preceitos que devem ser observados pelos partidos políticos
- 3. A autonomia dos partidos
- 4. Natureza e finalidade do partido político
- 5. O registro dos partidos políticos
 - 5.1. Resumo didático das condições para criação de um partido político
- 6. O procedimento de criação de um partido
 - 6.1. A natureza jurídica do procedimento do registro partidário conforme o STF
 - 6.2. Cláusula de barreira
- 7. Os órgãos partidários
 - 7.1. A responsabilidade do órgão partidário
- 8. Das futuras alterações

9. Do credenciamento de delegados
10. Privilégios dos partidos políticos
 - 10.1. Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha
 - 10.2. Outras disposições gerais sobre as doações
 - 10.3. Vedações nos programas de rádio e televisão
11. Vedações aos partidos políticos
12. O acesso aos partidos políticos
 - 12.1. Da filiação partidária
 - 12.2. Espécies de desfiliação partidária
 - 12.3. Como fazer a desfiliação do partido
13. A extinção dos partidos
 - 13.1. Cancelamento do partido político
 - 13.2. Legitimidade para propor o cancelamento do partido político
14. Convenções partidárias
 - 14.1. As convenções partidárias e o início do processo eleitoral
 - 14.2. Das coligações
 - 14.3. Outras regras que devem ser observadas na formação de coligações
 - 14.4. A data da escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações
 - 14.5. Do registro de candidatos
 - 14.6. A obrigatoriedade do preenchimento dos percentuais para candidatura de cada sexo
 - 14.7. A data limite para os partidos e as coligações solicitarem à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos
 - 14.8. A instrução do pedido de registro
 - 14.9. A prioridade dos registros e as consequências
 - 14.10. A necessidade de inscrever os candidatos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
 - 14.11. Da certidão de quitação eleitoral
 - 14.12. Como serão as eleições no caso de indeferimento do pedido de registro
 - 14.13. Casos práticos eleitorais superinteressantes
 - 14.14. O princípio da verticalização das coligações
15. A sanção por desaprovação total ou parcial da prestação de contas do partido
 - 15.1. A sanção pela falta de prestação de contas do partido
16. A fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral
 - 16.1. O objetivo da fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral
17. Da prestação de contas dos candidatos
 - 17.1. As atividades que os comitês deverão fazer ao receber as prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias e dos candidatos às eleições proporcionais que optarem por prestar contas por seu intermédio
 - 17.2. A apreciação das contas pela Justiça Eleitoral
 - 17.3. O recurso da decisão que julgar as contas prestadas pelos candidatos
 - 17.4. Consequência da procedência da investigação judicial eleitoral para apurar irregularidades relativas à arrecadação e aos gastos de recursos
 - 17.5. Das sobras de recursos financeiros
18. Divisão das eleições no Brasil
 - 18.1. Quadro didático sobre a duração dos mandatos
19. As espécies de convenções
20. Competência para o registro dos candidatos
21. As consequências da duplicidade de filiação
22. O limite de gastos de campanha de cada candidato
23. Entendimentos sumulados pelo TSE
24. Questões interessantes sobre partidos políticos

25. Testes objetivos
26. Questões objetivas de concursos
27. Casos práticos eleitorais superinteressantes
28. Gabarito dos testes objetivos
29. Gabarito das questões objetivas
30. Simulação

Capítulo 10 Da Propaganda Política

1. Noções preliminares
 - 1.1. Conceito de propaganda
2. O gênero e as espécies de propaganda
 - 2.1. Questão eleitoral superinteressante
3. Os princípios que regem a propaganda política
 - 3.1. O princípio da legalidade da propaganda
 - 3.2. O princípio da liberdade da propaganda
 - 3.3. O princípio da responsabilidade da propaganda
 - 3.4. O princípio igualitário da propaganda
 - 3.5. O princípio da disponibilidade da propaganda lícita
 - 3.6. O princípio do controle judicial da propaganda
4. A boca de urna
 - 4.1. A fundamentação da proibição dos cem metros na boca de urna
 - 4.2. A boca de urna como crime
5. Divisão da propaganda quanto à possibilidade de aplicação de sanção
 - 5.1. Atos que não são considerados propaganda eleitoral antecipada
 - 5.1.1. Especificação dos atos que não configuram propaganda eleitoral antecipada
6. A propaganda eleitoral e o Ministério Público
7. O poder de polícia e a propaganda
8. Propaganda em rádio e TV
9. Da propaganda eleitoral em geral
 - 9.1. A propaganda eleitoral
 - 9.2. O fim do período da propaganda eleitoral
10. A Lei nº 9.504/1997 inovou a propaganda eleitoral
 - 10.1. Da propaganda intrapartidária
 - 10.2. A vedação da propaganda gratuita
 - 10.3. A vedação à pichação, à inscrição a tinta e à veiculação de propaganda
 - 10.4. A propaganda em bens particulares e públicos
 - 10.5. A propaganda nas dependências do Poder Legislativo
 - 10.6. A definição de bens de uso comum para fins eleitorais
 - 10.7. Vedações da propaganda em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios
 - 10.8. A propaganda por meio de cavaletes, bonecos, cartazes, mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo das vias públicas
 - 10.8.1. A propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos
 - 10.9. A propaganda partidária ou eleitoral em recinto aberto ou fechado
 - 10.10. O tempo de comunicação de eventos
 - 10.11. O tempo de funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som
 - 10.12. A exceção
11. As implicações da falta de ética na captação de sufrágio
 - 11.1. As propagandas não toleradas

12. Vedação à propaganda eleitoral mediante *outdoors*
 - 12.1. Vedação à utilização de trios elétricos
 - 12.2. A propaganda eleitoral e as permissões e vedações no dia das eleições
13. Da propaganda eleitoral na imprensa
14. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão
 - 14.1. Sanções à inobservância do acima preconizado
 - 14.2. A ausência permitida nos debates
 - 14.3. A vedação em mais de um debate
 - 14.4. A veiculação de propaganda eleitoral gratuita nas localidades aptas à realização de segundo turno
15. A vedação aos cortes
16. A vedação à propaganda degradante
17. O direito de resposta
 - 17.1. Do direito de resposta na Lei nº 9.405/1997
 - 17.2. Os prazos do direito de resposta
 - 17.3. O procedimento do direito de resposta
18. A forma das representações eleitorais
 - 18.1. Duas regras novas sobre a representação que irá apurar a propaganda irregular
19. Regras gerais sobre a propaganda no horário destinado aos candidatos às eleições proporcionais ou na propaganda das candidaturas a eleições majoritárias
20. Das pesquisas de opinião pública
21. A reforma eleitoral e as principais regras da propaganda na internet
22. Disposições gerais sobre a propaganda lícita
 - 22.1. A problemática do *outdoor*
 - 22.1.1. Requisitos para configuração de um *outdoor*
 - 22.2. A problemática da propaganda em bens particulares
 - 22.3. O uso das bandeiras na propaganda eleitoral
 - 22.3.1. A problemática da dimensão da bandeira
 - 22.4. Propaganda nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum
 - 22.4.1. Efeito da retirada tempestiva nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum
 - 22.4.2. Efeito da retirada tempestiva da propaganda irregular nos bens particulares
 - 22.5. As inscrições na fachada das sedes e dependências do partido
 - 22.5.1. Inscrições na sede do comitê central de campanha realizadas por candidatos, partidos e coligações
 - 22.5.2. Inscrições nos demais comitês de campanha
 - 22.6. O uso do nome do candidato com expressões, símbolos, imagens, cargo ou função pública ou siglas que façam o elo entre o candidato e o trabalho que ele desenvolve em qualquer órgão da administração pública direta, indireta federal, estadual, distrital e municipal
 - 22.7. O crime de uso na propaganda eleitoral de símbolos, frases ou imagens associadas a entidades públicas
23. Entendimentos sumulados pelo TSE
24. Questões interessantes sobre propaganda
25. Questões objetivas de concursos
26. Gabarito das questões objetivas
27. Simulação
28. Casos práticos eleitorais superinteressantes
29. Aspectos práticos das convenções partidárias e da propaganda intrapartidária

- 29.1. Permissão da propaganda intrapartidária
- 29.2. Extrapolação dos limites da propaganda intrapartidária
- 29.3. Direção da propaganda intrapartidária
- 29.4. Convenção intrapartidária ostensiva com potencial de atingir os eleitores em geral
 - 29.4.1. Discursos realizados no âmbito da convenção partidária
 - 29.4.2. Entrevistas realizadas no âmbito da convenção partidária e retransmitidas para fora da convenção
- 29.5. Carros de som usados na convocação da convenção
- 29.6. Convenção e o uso de telão para retransmitir os atos convencionais
- 29.7. Convenção e as remessas de mensagens eletrônicas, remessa de cartas, utilização de faixas e cartazes, distribuição de folhetos aos filiados
- 29.8. A problemática da delimitação do espaço permitido na propaganda intrapartidária
- 29.9. Propaganda extemporânea remanescente da intrapartidária

Capítulo 11 Atos Preparatórios à Votação

- 1. Noções preliminares
 - 1.1. Seções eleitorais
- 2. As mesas receptoras
 - 2.1. Composição
 - 2.2. Nomeação da mesa
 - 2.3. Da impugnação da nomeação dos membros da mesa
 - 2.4. Os impedimentos
 - 2.5. Penalidade para quem não declarar impedimentos
 - 2.6. A instrução dos mesários
 - 2.7. Da substituição do presidente
 - 2.8. A sanção pelo não comparecimento
 - 2.9. A falta dos integrantes da mesa
 - 2.10. Da impossibilidade de realização do pleito
 - 2.11. Atribuições do presidente da mesa
 - 2.12. Atribuições do secretário da mesa
 - 2.13. Atribuições dos mesários
- 3. Da fiscalização das eleições
- 4. Crimes
- 5. Da dispensa do serviço
- 6. O poder de polícia nos atos preparatórios à votação
- 7. Da votação
 - 7.1. Votos em separado
 - 7.2. Casos do voto em separado
 - 7.3. Do voto em trânsito
- 8. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos
 - 8.1. O voto de legenda na eleição proporcional
 - 8.2. A sequência do painel
 - 8.3. A impressão do voto
 - 8.4. Do treinamento
 - 8.5. O sigilo da urna eletrônica
 - 8.6. O momento da votação
 - 8.7. O tempo da votação
 - 8.8. Proclamação e diplomação dos eleitos
 - 8.9. Competência para diplomação
 - 8.10. Efetivação da proclamação

- 8.11. O que deve conter o diploma
- 8.12. O diploma do suplente
- 8.13. Impedimento à diplomação
- 8.14. O diploma em caso de recurso
- 8.15. A revisão e correição das Zonas Eleitorais
- 8.16. A requisição de espaço na mídia para a divulgação de comunicados, boletins e instruções ao eleitorado pela Justiça Eleitoral
- 8.17. A prioridade dos feitos eleitorais
- 9. Questões interessantes sobre a matéria
- 10. Casos práticos eleitorais superinteressantes
- 11. Testes objetivos
- 12. Questões objetivas de concursos
- 13. Gabarito dos testes objetivos
- 14. Gabarito das questões objetivas
- 15. Simulação

Capítulo 12 Da Invalidade de Atos Eleitorais

- 1. Noções preliminares
 - 1.1. O conceito de nulidade
- 2. Os atos nulos e anuláveis
- 3. O ato nulo
 - 3.1. O efeito da declaração judicial do ato nulo
 - 3.2. A decretação *ex officio* do ato nulo
 - 3.3. Como é anunciado o ato nulo no Direito Eleitoral
 - 3.4. Nulidades no Código Eleitoral
- 4. Do ato anulável
 - 4.1. Anulabilidades no Código Eleitoral
- 5. A preclusão
- 6. Quadro didático
- 7. A manifestação apócrifa do eleitor
- 8. Questões subjetivas importantes
- 9. Questões objetivas de concursos
- 10. Gabarito das questões objetivas
- 11. Casos práticos eleitorais superinteressantes
- 12. Simulação

Capítulo 13 Recursos Eleitorais

- 1. Noções gerais
- 2. As decisões que comportam recursos
- 3. Fundamentos recursais
- 4. Da sucumbência
- 5. As características do recurso
- 6. Da preclusão
 - 6.1. A vantagem da preclusão
 - 6.2. Os tipos de preclusão
 - 6.3. Caso prático de preclusão na jurisprudência
 - 6.4. Duas observações didáticas sobre preclusão
- 7. Efeito recursal
- 8. Dos prazos recursais eleitorais
 - 8.1. Previsão legal

- 8.2. Como fazer a contagem dos prazos recursais
- 8.3. Regra geral para os prazos recursais
- 9. Classificação dos recursos eleitorais
 - 9.1. Estudo específico dos recursos
 - 9.1.1. Apelação eleitoral
 - 9.1.2. O recurso interposto sem as razões
 - 9.1.3. Casos em que cabem recursos de apelação
 - 9.2. Recurso inominado eleitoral
 - 9.2.1. O juízo de retratação
 - 9.2.2. Previsão legal
 - 9.2.3. Casos em que cabe recurso inominado
 - 9.3. O recurso ordinário eleitoral
 - 9.3.1. Cabimento do recurso ordinário
 - 9.4. Recurso especial eleitoral
 - 9.4.1. O prequestionamento no recurso eleitoral especial
 - 9.4.2. O procedimento
 - 9.4.3. Do prazo
 - 9.5. Os embargos de declaração eleitoral
 - 9.5.1. O juízo de retratação
 - 9.5.2. Previsão legal
 - 9.6. Carta testemunhável eleitoral
 - 9.7. O recurso extraordinário eleitoral
 - 9.7.1. Cabimento
 - 9.7.2. O prazo
 - 9.8. Embargos de nulidade e infringentes eleitorais
 - 9.9. O agravo de instrumento
 - 9.9.1. A formulação do agravo
 - 9.9.2. O procedimento
 - 9.10. Recurso em sentido estrito eleitoral
 - 9.10.1. As hipóteses de cabimento
 - 9.10.2. Procedimento
 - 9.11. Agravo de execução eleitoral
 - 9.11.1. Previsão legal
 - 9.11.2. As hipóteses de cabimento
 - 9.12. Recurso partidário interno
- 10. Ações eleitorais especiais
 - 10.1. *Habeas data* eleitoral
 - 10.1.1. Previsão legal
 - 10.1.2. Procedimento
 - 10.2. Mandado de injunção eleitoral
 - 10.2.1. Previsão legal
 - 10.3. Revisão criminal eleitoral
 - 10.3.1. Previsão legal
 - 10.3.2. As hipóteses de cabimento
 - 10.4. Ação rescisória eleitoral
 - 10.4.1. A competência para julgar a ação rescisória
 - 10.5. O *habeas corpus* no Direito Eleitoral
 - 10.5.1. A competência para julgar o *habeas corpus* eleitoral
 - 10.6. O mandado de segurança eleitoral

10.6.1. A legitimação passiva e ativa

11. Entendimentos sumulados pelo TSE
12. Questões interessantes sobre a matéria
13. Testes objetivos
14. Questões objetivas de concursos
15. Gabarito dos testes objetivos
16. Gabarito das questões objetivas
17. Simulação

Capítulo 14 Crimes Eleitorais

1. Noções preliminares
2. Conceito de crime
 - 2.1. Divergência doutrinária
3. Os crimes eleitorais
 - 3.1. Classificação
 - 3.2. A lei eleitoral intermitente
 - 3.3. Divisão das leis eleitorais intermitentes
 - 3.4. Característica das leis intermitentes
 - 3.5. Do tempo do crime eleitoral
 - 3.6. Do lugar do crime eleitoral
 - 3.7. A ação penal nos crimes eleitorais
 - 3.8. A pena mínima no Direito Eleitoral
 - 3.9. Atenuantes e agravantes
 - 3.10. A pena de multa
4. As espécies de crimes eleitorais
 - 4.1. Atribuição para realização do inquérito em crime eleitoral
 - 4.2. Como identificar um crime eleitoral
 - 4.3. Crimes eleitorais mutantes transconfigurados
 - 4.4. Crimes eleitorais que não admitem tentativa
 - 4.5. Crimes eleitorais com pena reflexa
 - 4.6. Crimes eleitorais fixos
 - 4.7. Crimes eleitorais involutivos
 - 4.8. Crimes eleitorais ultra-ativos
 - 4.9. Crime eleitoral formal
 - 4.10. Crime eleitoral material
 - 4.11. Crimes eleitorais comuns
 - 4.12. Crimes eleitorais próprios
 - 4.13. Crime eleitoral de congruência absoluta (ou atentado)
 - 4.14. Crime eleitoral de preceito primário remetido: ocorre quando a sua definição legal reporta-se a outros delitos, que passam a integrá-lo
 - 4.15. Crime eleitoral de preceito secundário remetido: ocorre quando a sua pena reporta-se a outros delitos
5. A conexão dos crimes eleitorais
 - 5.1. Conceito de conexão
 - 5.2. O efeito da conexão
6. Observações didáticas
7. Das garantias eleitorais
 - 7.1. A prisão do eleitor
 - 7.2. A legitimidade para denunciar o abuso de poder
 - 7.3. A força pública no edifício

8. Questões interessantes sobre a matéria
9. Casos práticos eleitorais superinteressantes
10. Questões objetivas de concursos
11. Gabarito das questões objetivas
12. Simulação

Capítulo 15 Revisão Didática

Bibliografia
